



DAMIANA DA CUNHA: UMA LIDERANÇA POLÍTICA FEMININA NO SÉCULO XIX

DAMIANA DA CUNHA: A FEMALE POLITICAL LEADERSHIP OF THE 19TH CENTURY

DAMIANA DA CUNHA: LIDERAZGO POLÍTICO FEMENINO EN EL SIGLO XIX

Elka Cândida de Oliveira Machado¹

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3663-3796>

E-mail: elkamachado2015@gmail.com

Camila de Marillac Costa Nunes²

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0969-6970>

E-mail: camilamarillac@gmail.com

Resumo

O presente artigo trata de uma revisão bibliográfica que tem por objetivo apresentar a trajetória de Damiana da Cunha, uma índia Caiapó que desempenhou importante atuação política em Goiás, entre os séculos XVIII e XIX. Para tanto, foram utilizados documentos históricos e artigos (Coelho, 2016; Giraldin, 2000; IBGE, 2023, Julio, 2015a, 2015b; Lapidus, 2020; Mano, 2021; Saint-Hilaire, 1975). Após inúmeras tentativas frustradas de embates entre não índios e Caiapós, pela posse de terras, e de um declínio quantitativo desse povo, buscouse estabelecer, em Goiás, uma política de pacificação dos indígenas. Nesse contexto, surgiu Damiana da Cunha, missionária, líder sertanista, defensora de seus consanguíneos Caiapós. Sua jornada representou um importante marco na história colonial, pois o desempenho das atividades laborais exercidas por Damiana da Cunha, reconhecidamente masculinas, rompeu com a imagem europeia de submissão feminina e forneceu oportunidades para a atuação de mulheres na sociedade. A líder Caiapó provou a todos, por meio da sua jornada, que havia motivos para seu povo confiar em sua atuação política a despeito de seu gênero. Dessa forma, Damiana da Cunha, mulher, índia e líder política, foi uma representante de seu povo originário que rompeu a invisibilidade das mulheres indígenas no estado de Goiás em tempos de uma sociedade patriarcal.

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás e em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8455445853892259>.

² Doutora e Mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0922118465524801>.

Palavras-chave: povos originários; mulheres indígenas; Goiás; líder política.

Sumário

1 Introdução. 2 Os Caiapós em Goiás. 3 Mulheres indígenas durante o período colonial. 4 Damiana da Cunha: uma líder política entre colonizadores e Caiapós. 5 Considerações finais. Referências.

Abstract

This article is a bibliographical review that aims to present the trajectory of Damiana da Cunha, a Caiapó Indian who played an important political role in Goiás, between the 18th and 19th centuries. To this end, historical documents and articles were used (Saint-Hilaire, 1975; Giraldin, 2000; Julio, 2015; Coelho, 2016; Lapidus, 2020; Mano, 2021; IBGE, 2023). After numerous unsuccessful attempts at clashes between non-indigenous people and Caiapós over land ownership and a quantitative decline of these people, an attempt was made to establish a policy of pacification of the indigenous people in Goiás. In this context, Damiana da Cunha emerged, missionary, backcountry leader, defender of her Caiapó relatives. Her journey represented an important milestone in colonial history, as Damiana da Cunha's performance of work activities, which were recognizably masculine, broke with the European image of submission and provided opportunities for women to act in society. The Kayapo leader proved to everyone, through her journey, that there were reasons for her people to trust her political actions regardless of her gender. In this way, Damiana da Cunha, woman, Indian and political leader, was a representative of her original people, who broke the invisibility of indigenous women in the State of Goiás in times of a patriarchal society.

Keywords: original people; indigenous woman; Goiás; political leader.

Contents

1. Introduction. 2 The Caiapós in Goiás. 3 Indigenous women during the colonial period. 4 Damiana da Cunha: a political leader between colonizers and Caiapós. 5 Final considerations. References.

Resumen

Este artículo es una revisión bibliográfica que tiene como objetivo presentar la trayectoria de Damiana da Cunha, india Caiapó que desempeñó un importante papel político en Goiás, entre los siglos XVIII y XIX. Para ello, se utilizaron documentos históricos y artículos (Coelho, 2016; Giraldin, 2000; IBGE, 2023, Julio, 2015a, 2015b; Lapidus, 2020; Mano, 2021; Saint-Hilaire, 1975). Después de numerosos intentos fallidos de enfrentamientos entre no indígenas y Caiapós por la propiedad de la tierra y una disminución cuantitativa de estos pueblos, se intentó establecer una política de pacificación de los indígenas en Goiás. En ese contexto surgió Damiana da Cunha, misionera, líder de campo, defensora de sus familiares Caiapó. Su viaje representó un hito importante en la historia colonial, ya que el desempeño de actividades laborales de Damiana da Cunha, reconociblemente masculinas, rompió con la imagen europea de sumisión y brindó oportunidades para que las mujeres actuaran en la sociedad. La líder kayapó demostró a todos, a lo largo de su viaje, que había razones para que su pueblo confiara en sus acciones políticas independientemente de su género. De esa manera, Damiana da

Cunha, mujer, indígena y líder política, fue una representante de sus pueblos originarios, que rompió la invisibilidad de las mujeres indígenas en el estado de Goiás en tiempos de sociedad patriarcal.

Palabras clave: pueblos originarios; mujeres indígenas; Goiás; líder político.

Índice

1. Introducción. 2 Los Caiapós en Goias. 3 Mujeres indígenas durante el período colonial. 4 Damiana da Cunha: una líder política entre colonizadores y Caiapós. 5 Consideraciones finales. Referencias.

1 Introdução

As referências bibliográficas sobre a história nos apresentam contínuas e distintas perspectivas. No desvelar da realidade, a micro-história demonstra novos olhares sobre o já visto e historiado (Freitas, 1998). Em relação à história, Freitas (1998, p. 8-9) aponta que “há sempre um novo olhar sobre o quotidiano, o que impede que o mesmo se repita, mesmo que analisado no passado, quando já se sabe (?) o que passou”.

Fragments da história de indígenas, crianças, mulheres, negros, entre outras categorias, nos permitem compreender a trajetória das conquistas contemporâneas de direitos em relação a cada uma delas, pois expõem, problematizam, as inúmeras violências sofridas no decorrer dos séculos a partir da colônia portuguesa. Nesse ponto, é importante trazer à discussão as diferentes formas de existir e de sobreviver que têm sido registradas pela historiografia por meio de documentos históricos, da literatura e da arte.

Este é o esforço deste artigo, o de apresentar, por meio de um levantamento bibliográfico, diferentes olhares sobre a personagem histórica Damiana da Cunha, como uma quota da realidade da sociedade brasileira, de sertanistas e de bandeirantes do final do século XVIII e início do século XIX, e da introdução da mulher indígena na história. Dessa forma, este estudo busca, portanto, facear a questão que envolve o questionamento sobre uma mulher indígena que conseguiu, em certa medida, protagonizar relações eminentemente estabelecidas por homens indígenas nos processos de dominação de homens brancos, assim como as diferentes representações sobre heróis nacionais voltadas para projetos idealizados pelo Estado.

Se hoje aos indígenas, embora tardivamente, sejam reconhecidos alguns direitos, em relação às questões das mulheres indígenas perdura a invisibilidade, pois, do passado ao presente, a história é pouco revelada, feita à sombra da literatura e da arte, em sua maioria nos

processos de dominação eurocêntrica. Del Priore (1998) explicita que a herança das mulheres de um presente com passado desordenado, de denegação e de desmemória, associa-se às visões de mundo de cada tempo histórico.

No resgate sobre a história das minorias são utilizadas fontes históricas impressas, como a literatura, biografias, notícias em jornais e revistas, que possibilitam analisar distintas perspectivas da vida social. Esses documentos permitem identificar a participação indígena no processo de formação da sociedade brasileira.

Pacheco de Oliveira e Freire (2006, p. 17) enfatizam a importância do indígena, no passado como na contemporaneidade, como parte fundamental dos processos de estruturação dos territórios e da política, em contraposição à “narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual”. Segundo os autores, o projeto de colonização por Portugal abrangia ações políticas, sobre os indígenas, de fragmentação da população em dois grupos: a) os aliados com necessidade de conversão à fé cristã; e b) os inimigos com a necessidade de serem subjugados física e politicamente, a fim de se impor a catequização.

Tal política, todavia, estabelecia as frentes para o fornecimento de mão de obra nos negócios da colônia sob o fundamento ético-religioso (Pacheco de Oliveira; Freire, 2006). No que se refere ao papel das mulheres indígenas no período colonial, Pacheco de Oliveira e Freire (2006) apontam, como um indicador para o insucesso na utilização da mão de obra de homens indígenas nos engenhos de açúcar, o fato de não conseguirem suportar o trabalho, posto que no litoral do Nordeste as atividades de agricultura cabiam às mulheres indígenas.

O contato entre os colonizadores e as populações indígenas não se reduziu ao extermínio e à mestiçagem. Cada povo “reagiu a todos os contatos a partir de seu próprio dinamismo e criatividade” (Pacheco de Oliveira; Freire, 2006, p. 51). Diferentes ações por lideranças indígenas para a defesa de seu povo, tanto no litoral, no século XVI, como nos sertões, a partir do século XVII, estão registradas em documentos oficiais e foram relatadas por historiadores.

Aliado a isso, a política instituída pelo Marquês de Pombal a partir de meados do século XVIII, com o objetivo de civilizar ao invés de exterminar populações indígenas, bem como as condições climáticas que apresentavam obstáculos naturais, favoreceram tanto a diminuição de ataques às tropas de colonizadores quanto o aumento da quantidade de indígenas que concordavam com a adesão às políticas de aldeamento das comunidades, e a

sujeição aos trabalhos da colônia. Tal política, entretanto, apresentou mais resistência na província de Goiás. Com a queda das atividades de mineração e a expansão das atividades de agricultura e pecuária, eram comuns as solicitações dos colonos para ações violentas contra os indígenas, contribuindo para que as autoridades da época adotassem medidas entre a aproximação, punições e, até mesmo, mortes por meio da “guerra justa” (Oliveira, 2016).

A ocupação do território goiano e o aniquilamento dos povos indígenas da região caracterizou-se pela atuação de expedições exploratórias dos bandeirantes em busca das riquezas minerais e de mão de obra dos povos nativos para as fazendas (Coelho, 2016). Assim, houve violentos embates, como negociações para a constituição de regiões “pacificadas” e o deslocamento para os denominados aldeamentos em locais estratégicos para as províncias. A figura de Damiana da Cunha surge nesse contexto da política indigenista de concentração e de aldeamento dos indígenas Caiapós na década de 1780 (Coelho, 2016), como exposto a seguir.

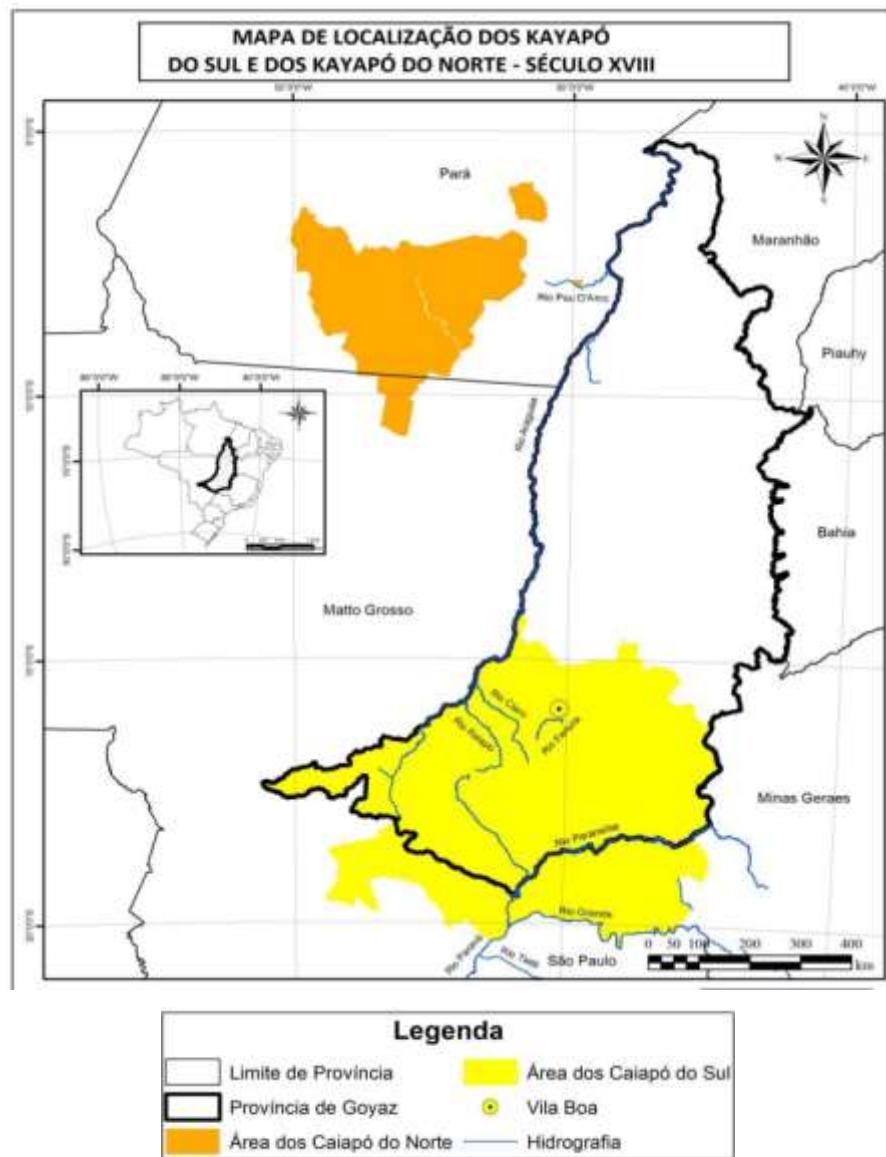
2 Os Caiapós em Goiás

No século XVI, quando a capitania de Goiás ainda estava sob domínio da capitania de São Paulo, já havia registros da ocorrência de entradas e bandeiras pelo território goiano em busca de mão de obra e metais preciosos. No início do século XVIII, com a descoberta do ouro no território goiano, a ocupação das terras indígenas se intensificou, bem como os conflitos (Ravagnani, 1986).

De acordo com Coelho e Bicalho (2016), nesse período, a capitania de Goiás já tinha uma população nativa que ocupava a parte sul, denominada Panará ou “bilreiros”, a quem os colonizadores denominaram de Caiapó do Sul. Conforme Lima e Bicalho (2023), o nome “Caiapó” vem do Tupi e faz referência ao uso do fogo por essa etnia, seja na guerra, seja nas caçadas, embora Verswijver e Gordon (2002) apresente o significado de “aqueles que se assemelham a macacos”, devido ao ritual no qual esse povo se paramentava com máscaras de macaco. Os relatos históricos indicam que os Caiapós se encontravam entre os povos mais resistentes às incursões dos colonizadores a partir da década de 1730.

O mapa ilustrado na Figura 1 apresenta a extensão territorial entre Goiás e Minas Gerais na qual viviam os povos Caiapós no século XVIII:

Figura 1 – Indicação da localização aproximada dos Caiapós do Sul e do Norte no século XVIII



Fonte: Coelho (2016, p. 35).

Sobre a distinção entre os Caiapós do Sul e do Norte, Giraldin (2000) esclarece que:

[...] foi inicialmente proposta por Paul Ehrenreich (1892, p. 28-38), no final do século XIX. Propondo uma divisão e distribuição das “tribos” brasileiras, ele assim classificou os povos de língua Jê: separou os Jê em orientais, centrais e ocidentais. Entre os primeiros incluiu os Botocudo; entre os segundos os Cayapó e os Xavante e, entre os terceiros, os Suyá. Dividiu também os Kayapó em três grupos: do norte, do sul e ocidentais. Entre os do norte, incluiu os Xikrin, Gradaú, Gaviões, Apinajé, Krahô e demais Timbiras; entre os ocidentais, englobou os Suyá e os Akwen; no grupo do sul, incluiu os Kayapó meridionais e os Kaingang (Giraldin, 2000, p. 162).

De acordo com Ataídes (1998), as aldeias se situam, em sua maioria, nas áreas de cerrados, perto de afluentes de rios maiores e das florestas, onde plantavam. A colheita e a

preparação dos alimentos eram de responsabilidade das mulheres, que também participavam das guerras por meio do fornecimento de flechas e do apoio aos guerreiros com gritos.

Os indígenas Caiapós reagiram intensamente aos ataques dos não índios e, desde então, ficaram conhecidos como “grupo de perigosos, bárbaros e traidores”, aqueles que, conforme Ravagnani (1986, p. 121), “atrapalhavam” a coleta e o escoamento do ouro. Nesse contexto, à época, a ordem dada pelos governadores era para matar os Caiapós, pois eram vistos como empecilho ao desenvolvimento econômico e ao capitalismo reinante.

A guerra contra os índios Caiapós começou em 1736 – quando o Conde de Sarzedas, em 18 de dezembro desse ano, baixou uma Portaria para castigá-los. No ano seguinte, outra portaria autorizou de novo a guerra e o aprisionamento deles, reservando o direito à Coroa, à qual caberia um quinto dos índios aprisionados. Depois da morte de Sarzedas, D. Luiz de Mascarenhas continuou a guerra e em 1741 convocou Carijós, bastardos, forros, vadões para a ofensiva. Depois, baixou um Regimento condenando à morte os índios (não se podia matar meninas e meninos de dez anos para baixo para dar o quinto a rei, mas podia-se repartir os demais na vila) (Ribeiro, 2008, p. 332).

Sobre os embates entre os Caiapós e os colonizadores, apresenta Ribeiro (2008, p. 365):

A Coroa portuguesa atendeu ao apelo da Câmara de São Paulo. D. Luis de Mascarenhas dos Santos decretou no Bando de 17 de fevereiro de 1745 para se fazer guerra continuada até ‘domesticá-los, afugentar ou extinguir tais gentios’. Antônio Pires de Campos partiu para Cuiabá e montou um plano de ações levando consigo mulheres e homens dos Bororós para o caminho da picada de Goiás para garantir a segurança dos viandantes. Em 1748 investiu contra os Caiapós. Em 1775, da Ilha de Santana o alferes José Pinto da Fonseca escrevia ao governador relatando as barbaridades de Antônio Pires Campos ‘[...] cujos gemidos ainda hoje soam os ecos, nos ouvidos destes miseráveis, não podendo referir estas justas queixas, sem lágrimas testemunhem a sua dor: feito este estrago, apanhou muitos prisioneiros, que conduziu em correntes para seus cativos, sendo a língua que nós trazemos uma daquela presa: passou a残酷de deste homem a mandar pelo caminho, amarrar estes prisioneiros em árvore, fazendo-lhes muitos açoites’. O relato, porém, de nada adiantou, porque Antonio Pires sempre teve o aval das autoridades nas campanhas contra os índios.

Na segunda metade do século XVIII, quando a mineração já estava em decadência em Goiás, iniciou-se um processo de ruralização e, com isso, a necessidade de retirar os Caiapós das áreas remanescentes. Como o processo histórico já registrava inúmeras tentativas fracassadas de embates violentos contra os Caiapós, houve uma iniciativa pacífica para com esse povo.

Iniciou-se, em Goiás, uma política de apaziguamento dos conflitos entre indígenas e não indígenas, liderada por Dom Luís da Cunha Meneses, cujo objetivo era a fundação dos

aldeamentos para “catequizar” e “civilizar” os indígenas. De acordo com Mano (2021, p. 9), dois dos aldeamentos fundados à época receberam indígenas de grupos Caiapós:

Ao aceitarem o aldeamento, grupos ‘Cayapó’ passaram de um combate violento a um combate negociado, por meio do qual continuaram a exercer uma ação política movida por seus próprios signos e interesses. [...] apesar da aparente pacificação, esses indígenas continuaram a manipular as imagens de guerreiros bravos; a conduta de aferir bens e riquezas dos não índios; de negociar e exigir serviços, dinheiro, bens e comodidades; de se posicionar politicamente na administração do aldeamento; de exercer práticas culturais indígenas etc.; e, mesmo continuamente atendidos, de estarem prontos para abandonar tudo e voltar às suas correrias e aos combates violentos.

O objetivo dos aldeamentos era pacificar os Caiapós, mas eles foram efêmeros. De acordo com Carvalho (2004), os aldeamentos favoreceram fugas constantes, guerras prolongadas, extermínio em massa de indígenas e, consequentemente, a desestabilização social, política e econômica. Mediadora de conflitos, Damiana da Cunha surge nesse momento, para tentar convencer e recapturar seus consanguíneos aos aldeamentos. Damiana ficou conhecida, na história de Goiás, por ser uma Caiapó líder, sertanista, capitã-mor dos Caiapós.

Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975) visitaram os aldeamentos da província de Goiás no ano de 1819 e viram de perto as condições de vida dos Caiapós. Os textos desses autores correspondem às poucas fontes escritas sobre os Caiapós do Sul. Embora sucintos, esses relatos fornecem informações sobre esse grupo indígena.

Segundo Caetano (2021, p. 63), Pohl e Sant-Hilaire “são os responsáveis pelos únicos registros linguísticos conhecidos dos Caiapós do Sul”. Além de condições físicas escassas, esses europeus visitantes que realizaram visitas científicas ao interior do Brasil, apresentando aspectos de botânica e geografia, ficaram perplexos ao presenciarem o trabalho árduo ao qual as mulheres se submetiam, como o de colher milho e carregar grandes cestos cheios de amendoim (Saint-Hilaire, 1975).

Todas as deficientes condições de sobrevivência a que os Caiapós foram submetidos, somadas à fome e às doenças, comprometeram o seu regime de produção e reprodução social e contribuíram para constantes fugas dos aldeamentos e para um rápido declínio de sua população do território goiano. O aldeamento construído especialmente para os Caiapós, chamado de Aldeia Maria I, foi extinto em 1813. O aldeamento de São José de Mossâmedes, construído em 1774, foi extinto em 1832 (Giraldin, 2000), sendo esta a data dos últimos

registros do povo Caiapó em Goiás. Giraldin (2000, p. 1) apresenta indícios de que “os Caiapó são antepassados dos atuais Panará, que vivem no sul do estado do Pará”.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), Goiás tem três comunidades indígenas aldeadas: os Tapuias, os Yny Karajá e os Avá-Canoeiro. Essas comunidades estão alocadas nos municípios de Rubiatuba, Aruanã e Minaçu, respectivamente. Conforme esse último levantamento, 19.522 pessoas se declararam indígenas, o que representa um aumento de 127% da população indígena em Goiás nos últimos doze anos. Todavia, nem todas as pessoas que se declaram indígenas vivem atualmente em comunidades aldeadas. Muitas delas vivem em Goiânia, na capital do estado, apoiadas pela União dos Indígenas Residentes em Goiânia.

3 Mulheres indígenas durante o período colonial

Diante da extinção dos indígenas por meio de guerras ou da dizimação de muitas culturas, a historiografia dos povos originários do Brasil, por muito tempo, foi invisibilizada (Capucho, 2019). O interesse pela história indígena, assim como de outras minorias, surge a partir da década de 1970, quando ocorrem novos olhares sobre a história “subalterna”, por influência das mudanças teóricas da Antropologia, assim como no caso da história das mulheres, tensões ocasionadas pelo movimento feminista, que requeriam uma ressignificação do papel da mulher na sociedade.

Del Priore (1998), ao abordar a história das mulheres, enfatiza as dificuldades encontradas: a) os documentos fragmentários existentes que, comumente, eram escritos por homens; b) a escassez de documentos referentes aos primeiros séculos da colonização; c) a ausência de pesquisas regionais. Nesse cenário de limitações, a história da mulher indígena se aprofunda no problema da invisibilidade.

A respeito do período colonial, Julio (2015a) expõe distintos significados para a mulher indígena. Segundo essa autora, a historiografia vem apresentando alterações na superação de estereótipos em relação à mulher indígena, associados à procriação em virtude de estarem expostas sexualmente e mais frequentemente a abusos.

A figura da mulher indígena importava em posição de descrédito: de gênero e de etnia que envolvia a violência e a subalternidade. No período colonial, os abusos sexuais dos colonos se fundamentam em relações consentidas, em apropriação das mulheres para mão de obra ou para o concubinato (Silva, 2017).

Vários foram os papéis que as mulheres indígenas exerceram durante o período colonial. Além das atividades domésticas, elas trabalhavam em fazendas ou nos centros urbanos como artesãs, vendedoras, comerciantes, costureiras, dentre outras.

Sobre a força produtiva da mulher indígena, Freyre (2003, p. 92) registra que:

[...] sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa do Brasil, maior foi a utilidade social e econômica da mulher que a do homem indígena. Este se retraiu quase por completo aos esforços dos colonos e mesmo aos agrados dos padres para o incorporarem à nova técnica de exploração econômica e ao novo regime de vida social. Melhor ajustamento se verificou na parte da mulher; o que se comprehende, dada a sua superioridade técnica entre os primitivos; e dada sua tendência maior para a estabilidade entre os povos nômades Freyre.

Políticas dos casamentos mistos foram incentivadas por Portugal, a exemplo do Alvará de Lei, de 4 de abril de 1755, que “declara os vassalos do Reino da América que se casarem com índias não ficarão com a infâmia alguma, antes serão preferidos nas terras em que se estabelecerem, etc.” (Lisboa, 1830, p. 367). Tais políticas influíram na percepção sobre essas mulheres, elevando a concepção de uma etnia com finalidades orientadas às intenções do colonizador, mas com potencialidade de operacionalização pelas indígenas.

Em razão da política de pacificação e bom tratamento, os governantes buscavam a sujeição aos colonizadores, a conversão ao catolicismo, a adoção da língua portuguesa e a inclusão em atividades econômicas da região (Oliveira, 2016). Para aldeiar os indígenas, utilizaram-se de mulheres indígenas para a intermediação política.

As ditas “negociações” com os nativos contavam com a presença das mulheres. Longe de representarem apenas um meio de reprodução, diversas índias exerceram funções políticas importantes na capitania – mais tarde, província – de Goiás. Os relatos de cronistas e a documentação produzida pelas autoridades de Goiás trazem informações sobre a atuação de índias intérpretes, ou seja, que exerciam um papel então fundamental na comunicação entre as autoridades e os índios (Julio, 2015a, p. 4).

Oliveira (2016) analisa a complexidade da política indigenista instalada, que foi acatada de forma imprecisa nas regiões brasileiras, incluída, aí, a província de Goiás, porquanto as ações de violência perduravam. Nesse sentido, diversos modos de resistência dos povos originários ocorreram para além dos embates militares, particularmente, nas aproximações, nos acordos e nas tentativas de se obter vantagens, haja vista as pressões exercidas sobre a população indígena no século XVIII (Oliveira, 2016).

Pesquisas recentes (Capucho, 2019; Coelho, 2016; Julio, 2015a, 2015b; Karasch, 1981) trazem à tona a existência de mulheres indígenas com participação política em conflitos e em resistências à opressão de grupos marginalizados, incluindo-as como sujeitos históricos na construção dos processos de colonização e na dinâmica de relações entre os colonos e os povos originários. Tome-se como exemplo o registro de mulher indígena, a mulher do indígena Iguaraba que, ao chegar à aldeia dos Reis Magos, nos anos de 1602-1603, pregava preceitos do catolicismo para os demais indígenas (Capucho, 2019). Outro exemplo é a indígena Paraguaçu, batizada como Catarina Álvares, que se casou com Diogo Álvares. De acordo com os registros, Paraguaçu foi responsável pela fundação de diversas igrejas (Capucho, 2019).

4 Damiana da Cunha: uma líder política entre colonizadores e Caiapós

Damiana da Cunha Menezes chegou a Vila Boa, Goiás, em 1781, junto a um grupo de 237 Caiapós, após um acordo de paz feito pelo então governador, Dom Luís da Cunha Menezes. Damiana e seu irmão Manoel eram netos do cacique Angraí-oxá e de sua esposa Xuinequá. D. Luís tratava ao cacique com muita honra e prestígio, pois era interesse que os indígenas vivessem integrados à sociedade colonial (Lapidus, 2020).

A proximidade entre D. Luís e Angraí-oxá permitiu que Damiana e Manoel fossem batizados e apadrinhados pelo governador, Dom Luiz da Cunha Menezes, e recebessem dele o sobrenome, orientação cultural e religiosa. A pequena Damiana permaneceu na casa do governador até o ano de 1793, quando D. Luiz deixou a capitania de Goiás (Julio, 2015b).

Damiana inseriu-se na cultura dos brancos, aprendeu a língua e a doutrina católica, passou a participar dos cultos religiosos, porque entendia que essa era a nova missão que havia lhe sido incumbida. Assim que D. Luís se afastou de seu cargo, Damiana passou a viver em Mossâmedes. Todas as condições de vida que Damiana recebeu a prepararam para atuar como uma líder exímia na mediação de conflitos políticos entre os Caiapós e a sociedade colonial (Silveira, 2006).

Entre os anos de 1816 e 1822, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire esteve no Brasil, onde fez relatos sobre vários estados e povos, inclusive sobre Goiás. Saint-Hilaire (1975) conheceu pessoalmente Damiana da Cunha e os caiapós e teceu considerações importantes sobre o poder de liderança que ela tinha sobre seu povo e a facilidade com que mediava os conflitos entre indígenas e brancos e demais culturas:

Antes de deixar S. José fui visitar, em companhia do cabocomandante, a pessoa que merecia a mais alta consideração dos Caiapós em toda aldeia. Tratava-se de uma mulher de sua tribo chamada Dona Damiana, neta de um cacique e viúva de um sargento dos pedestres ao qual o governo da aldeia estivera entregue durante muitos anos. D. Damiana falava corretamente o português. Era amável e jovial, e tinha uma fisionomia aberta e inteligente. Confirmou o que já me tinha dito por outros Caiapós, ou seja, que o seu povo vive em estado selvagem e não tem nenhuma ideia de Deus. Era intenção de D. Damiana ir à procura dos Caiapós da aldeia que tinham fugido para a mata e ao mesmo tempo, trazer, ao voltar, um bom número de seus compatriotas ainda selvagens (Saint-Hilaire, 1975, p. 72).

A liderança política, missionária e mediadora que Damiana da Cunha assumiu rompeu com a imagem do gênero feminino da sociedade patriarcal, em que as mulheres eram, normalmente, limitadas às atividades domésticas, subordinadas ao sexo masculino e dominadas pelo privado. De acordo com Karasch (1981, p. 88), Damiana da Cunha foi considerada “heroína indígena de Goiás, mestra, missionária, mediadora de conflitos, mulher da fronteira e cabeça de expedições”. Em termos históricos, as referências à atuação de Damiana da Cunha na política e em expedições de resgate de Caiapós fugitivos dos aldeamentos representaram um marco significativo de sua vida.

Damiana da Cunha, de fato, exerceu a liderança de diferentes formas, conforme a necessidade de cada momento. Ao mesmo tempo em que estava a postos para cumprir regras religiosas e sociais, a caiapó também demonstrava autonomia ao adentrar as matas e se misturar ao seu povo, para conversar e tentar convencê-los de que, para eles, o melhor lugar para viver eram os aldeamentos. Raymundo José da Cunha Mattos (1874 *apud* Julio, 2015b, p. 134) descreveu, na época, que “a índia Dona Damiana, quando necessário, põe-se nua, pinta-se e sai ao campo, e conduz os índios como lhe parece”.

Saint-Hilaire (1975) registra que a recusa de indígenas para o aldeamento se fundamentava desde a construção das casas com teto alto e cobertas por telhas, como à forma imposta de trabalho. Os indígenas eram obrigados a trabalhar cinco dias por semana no plantio de mantimentos para todo o aldeamento, no qual viviam soldados e mestiços, cujo excedente era comercializado pelas autoridades ou pelos soldados, e dois dias para o cultivo de inhames e batatas, alimentação tradicional dos indígenas.

A partir de 1808, após a morte de seu avô Angraí-oxá, o destaque de líder indígena recaiu ainda mais sobre Damiana. A caiapó se dispôs inúmeras vezes a se deslocar para regiões fronteiriças ao estado de Goiás para mediar conflitos entre os aldeamentos e o sertão, bem como recapturar índios fugitivos dos aldeamentos (Giraldin, 2000).

A primeira expedição conduzida por Damiana da Cunha foi realizada em 1808 e partiu de Mossâmedes em direção ao sertão do Araguaia. Nessa época, Goiás apresentou expressiva dificuldade em diversificar sua economia, uma vez que as condições de transporte eram um dos grandes empecilhos. De acordo com Julio (2015b), transportar os produtos de Goiás para o estado do Pará, por exemplo, implicava a travessia pelos rios Tocantins e Araguaia. Todavia, esses rios não eram utilizados devido às dificuldades de navegação e ataques dos indígenas selvagens que habitavam as margens dos rios.

No ano de 1820, Damiana liderou sua segunda expedição, na qual foi seguida por aproximadamente setenta indígenas. De acordo com Saint-Hilaire (1975, p. 124), ela reconhecia-se como líder estimada pelo seu povo, tanto que chegou a afirmar que “os caiapós a respeitavam demais para não fazerem o que ela lhes ordenava”. De fato, os aldeamentos de Mossâmedes possuíam uma população de 267 índios. Para Alencastre (1979, p. 99), a explicação era a “[...] existência de uma mulher a quem os caiapós reverenciavam e obedeciam cegamente; essa mulher chamava-se D. Damiana [...]”.

Entre os anos de 1828 e 1831, Damiana realizou suas últimas expedições em direção aos sertões do rio Araguaia e pelo estado pantanal mato-grossense. Diferentemente da forma alegre e vitoriosa como sempre retornava de suas expedições, em meados de 1831, após percorrer o sertão durante meses com as condições físicas bastante comprometidas, a caiapó não resistiu e faleceu (Julio, 2015b).

Oliveira (2016) afirma que a compreensão sobre a participação política de Damiana não se restringe a uma instrumentalidade de controle colonial, posto que não atuou contra os Caiapós. Já havia, nesse período, um declínio quantitativo significativo em razão da presença dos colonizadores. Ademais, os embates e as lutas travadas não eram proveitosos ao grupo, surgindo a necessidade de adoção de novas formas de resistência e acatamento das políticas brandas de aproximação. Giraldin (2000) traz, como hipóteses que contribuíram para a aceitação pelos Caiapós, a política de aldeamento: as derrotas constantes nas batalhas travadas contra os brancos, a escassez de alimentos, as secas prolongadas e as epidemias da varíola.

Mais do que uma estratégia de sobrevivência, a aproximação pacífica revela-se como capacidade de os indígenas Caiapó reelaborarem suas formas de relação com os não indígenas de modo a atender as exigências da nova realidade imposta pelo avanço colonizador e consequente de população indígena. O embate político ganhava espaço frente ao embate militar e Damiana desempenhou esse papel de mediadora de interesses (Oliveira, 2006, p. 203).

Após a morte de Damiana, alguns Caiapós mais idosos e deficientes ainda permaneceram no aldeamento. Todavia, as fugas tornaram-se recorrentes e, conforme o esperado, não foram contidas por Manoel da Cunha, irmão de Damiana, resultando, em 1879, na extinção do aldeamento dos Caiapós de Mossâmedes. Apesar de não mais contar com índios, a ainda denominada “aldeia”, hoje município de Mossâmedes, passou a constituir uma paróquia com, aproximadamente, 2.000 pessoas (Lapidus, 2020).

5 Considerações finais

Conforme relata a historiografia de Goiás, o contexto político-econômico do período colonial foi de intensos conflitos entre indígenas e não índios. Os Caiapós tinham suas crenças e seus costumes e lutaram bravamente em defesa de suas terras. Em contrapartida, os não índios almejavam as terras ocupadas pelos indígenas para fins exploratórios. Para alguns historiadores, a política dos aldeamentos surgiu como parte do projeto colonial, para tentar garantir aos indígenas proteção e uma melhor condição de vida. Para outros, os aldeamentos eram uma tentativa de “civilizar” e “disciplinar” os indígenas. Independentemente do simbolismo que os aldeamentos representaram, o fato é que Damiana da Cunha surgiu nesse período e buscou garantir as melhores condições de sobrevivência nos aldeamentos.

Damiana foi emérita missionária, célebre representante do povo Caiapó, líder sertanista. Por meio de negociações e de seu livre trânsito entre o mundo dos indígenas e não índios, não permitiu que faltasse comida ao seu povo, armas e instrução. Por meio do seu dinamismo, capacidade de negociação e criatividade, abriu portas para mudanças que se tornaram, posteriormente, permanentes na cultura, história e identidade de seu povo.

Como líder Caiapó, quebrou os paradigmas da descrição corriqueiramente encontrada na literatura para o gênero feminino, de mulheres submissas aos homens e reclusas às atividades domésticas. Essa abordagem, além de não corresponder aos múltiplos papéis que as mulheres indígenas exerceram durante o período colonial, dissimula a capacidade de força e liderança que algumas delas alcançaram, mesmo longe dos espaços formais de poder.

Diante do exposto, observa-se que, na história das mulheres indígenas, pesava um duplo estigma: o de gênero e o étnico. A história de Damiana da Cunha nos revela que mesmo sob a condição de mulher, indígena, durante um período patriarcal, sua atuação como mediadora política teve por objetivo promover tentativas bem-sucedidas de não extermínio e

de promoção de resiliência. Na genealogia do povo goiano, haverá sempre os registros da atuação de uma missionária, brava líder, revestida de uma excepcional capacidade de influência e negociação, que logrou êxito e alcançou notoriedade e respeito até mesmo de homens que estavam em posições hierarquicamente superiores à dela: Dona Damiana da Cunha.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: Sudeco/Governo de Goiás, 1979. 392 p.

ATAÍDES, Jézus Marco de. **Sob o signo da violência**: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central. Goiânia: UCG, 1998.

CAETANO, Beatriz Molina. A construção da visão sobre os povos indígenas em Minas Gerais pelos relatos de August Saint Hilaire. In: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez; VILARDAGA, Stella Maris Scatena Franco; GRESPAN, Jorge Luís da Silva. **VI Encontro de Pesquisa na Graduação** – Organização. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

CAPUCHO, Taís Cristina Jacinto Pinheiro. Pregadoras e guerreiras invisíveis: mulheres indígenas e a colonização do Brasil. **Revista Ars Histórica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-17, jan.-jun. 2019.

CARVALHO, Marta Meire de. Damiana da Cunha: uma capitã-mor nos sertões dos goyazes nos séculos XVIII e XIX. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 6, p. 1111-1124, 2004.

COELHO, Damiana Antônia. **Representações de Damiana da Cunha na história e na literatura**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) – Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2016.

COELHO, Damiana Antônia; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Caiapó do Sul: a história de um povo indígena de Goiás. **Espacios**, Caracas, v. 37, n. 17, p. 7, 2016.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. 220p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2023. 375p.

FREITAS, Marcos Cesar de. Para uma história da historiografia brasileira. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. 480p.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas. Um histórico da presença dos Cayapó-Panara em Goiás e no triângulo mineiro. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1 e 2, p. 161-184, jan.-dez. 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: indígenas. Primeiros resultados do universo. IBGE: Rio de Janeiro, 2023. 197 p.

JULIO, Suelen Siqueira. **Damiana da Cunha**: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831). 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015b.

JULIO, Suelen Siqueira. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, XXVIII, 2015a, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPUH, 2015a. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_ea48371813f4d3b7c43adc5b226f0131.pdf Acesso em: 12 dez. 2023.

KARASCH, Mary. Damiana da Cunha: catequista e sertanera (Goiás, siglos XVIII y XIX). In: SWEET, David G.; NASH, Gary B. (orgs.). **Lucha por la supervivencia en la América colonial**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. p. 85-97.

LAPIDUS, Ângela Maria Álvares. **Cayapós, caminhantes da história e da ficção em Guerra no coração do Cerrado, de Maria José Silveira**. 2020. 88 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2020.

LIMA, José Eduardo Alcântara; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As expressividades artísticas dos Kayapó do Sul sob o olhar dos viajantes Pohl e Saint-Hilaire. **Cultura, Estética e Linguagens**, Anápolis, v. 7, n. 2, p. 192-220, 2023.

LISBOA. **Collecção da Legislação Portugueza**: desde a última compilação das ordenações, redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa, 1830. 920p.

MANO, Marcel. Entre necessidades e contingências: políticas indígenas nos sertões de Goiás (1781-1832). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 16, n. 2, e20200055, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. **Povos bárbaros ou fiéis vassalos?** Luta, negociação e protagonismo indígena diante do devassamento do Sertão da Farinha Podre e áreas contíguas (1750-1850). 2016. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Laced/Museu Nacional, 2006. 272p.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1976. 417 p.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. **Perspectivas**, Araraquara, v. 9, n. 10, p. 119-143, 1986.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Os povos indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII**. 2008. 405 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Amanda Cristina Souza da. Gênero e etnia: historiografia e mulheres indígenas. In: ENCONTRO DE DISCENTES DE HISTÓRIA DA UNIFAP, III, 2017, Macapá. **Anais [...]**. Macapá: Unifap, 2017.

SILVEIRA, Maria José. **Guerra no coração do cerrado**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 262p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 158p.

VERSWIJVER, Gustaaf; GORDON, Cesar. **Mebêngôkre (Kayapó)**. Povos indígenas no Brasil, 2002. Disponível em:
[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%BC\)%#Fones_de_informa.C3.A7.C3.A3o](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%BC)%#Fones_de_informa.C3.A7.C3.A3o). Acesso em: 7 dez. 2023.